

Regan volta a dizer que tudo depende do Congresso

O secretário do Tesouro, Donald Regan, reafirmou ontem que a obtenção pelo Brasil do pacote de 11 bilhões de dólares que bancos privados e governos se comprometeram, em princípio, a ceder, depende "é claro, de o Brasil adotar o programa do FMI, que no momento está sendo debatido no Congresso brasileiro".

— Tão logo o programa entre em vigor — afirmou o secretário do Tesouro americano —, o que esperamos aconteça no fim de outubro ou começo de novembro, então o Brasil poderá começar a sacar fundos do FMI. Nesses termos, poderá também contar com o dinheiro dos bancos comerciais antes do final de 1983.

Regan fez essas declarações numa entrevista que concedeu ontem de manhã aos jornalistas que fazem a cobertura da 38ª Reunião Anual do Banco Mundial e do FMI, em Washington.

Numa conversa informal com os jornalistas brasileiros, o secretário do Tesouro explicou como foi "montado" o pacote de US\$ 11 bilhões para o Brasil.

— O pacote foi articulado aqui no Fundo Monetário Internacional, na tarde de segunda-feira, e envolveu um grupo de bancos comerciais e a maioria das nações credoras. Foi essa combinação que chegou à cifra final de US\$ 11 bilhões.

Sobre a participação norte-americana neste total, Regan esclareceu:

— A porção dos Estados Unidos no pacote consistirá de créditos de exportação do Eximbank no valor de US\$ 1,25 bilhão, para que os exportadores americanos possam vender no mercado brasileiro protegidos contra prejuízos. Esse foi o nosso compromisso, mas não sei exatamente quanto será de fato utilizado, pois isso depende do montante de nossas exportações nos próximos 12 meses. As outras nações prometeram importâncias análogas, o que daria um total de US\$ 2,5 bilhões de créditos de exportação — disse Regan.

(Quando o Eximbank anunciou sua disposição de conceder ao Brasil garantias de créditos comerciais, havia mencionado a cifra de US\$ 1,5 bilhão, mas fontes brasileiras disseram que US\$ 250 milhões já haviam sido utilizados pelo País.)

Consultado sobre qual seria a garantia de que os bancos efetivamente entregariam os recursos ao Brasil, em vista do que aconteceu nos últimos meses, o secretário do Tesouro norte-americano afirmou:

— Os bancos asseguraram ao FMI e aos governos, na segunda-feira, que poriam US\$ 6,5 bilhões à disposição em novo financiamento. Mas esse pacote, naturalmente, depende de o Brasil adotar o programa do Fundo, que no momento está sendo debatido pelo Congresso brasileiro (Regan refere-se à discussão em torno da aprovação do Decreto-Lei nº 2.045, que altera a política salarial).

Ainda durante a entrevista, Donald Regan fez uma advertência aos países em desenvolvimento altamente endividados, que demonstraram interesse em formar um "cartel de endividados":

— Qualquer país que ingresse em semelhante cartel estará assinando sua sentença de morte financeira, pois ficará excluído dos mercados de capitais que são fontes de financiamentos. Declarar a moratória unilateral seria ficar sem créditos durante muitos anos e, sem créditos, os países em desenvolvimento não podem sobreviver — afirmou.

Mais tarde, diante dos delegados de 146 países reunidos no Hotel Sheraton, Donald Regan amenizou o tom duro de seus últimos pronunciamentos e fez um discurso um tanto filosófico, mas otimista.

"A recessão acabou"

— A recessão global terminou — disse o secretário do Tesouro. — Este ano testemunhará o primeiro crescimento sólido do mundo industrial em três anos.

Regan acredita que 1984 será melhor ainda e que o crescimento dos países industrializados beneficiará os países em desenvolvimento, provendo crescentes mercados de exportação ao resto do mundo. "Nossas importações dos países em desenvolvimento não petrolíferos aumentaram cerca de 10% na primeira metade deste ano, concorrendo de maneira importante para sua receita de divisas."

O secretário do Tesouro defendeu a visão de seu governo, afirmando que os Estados Unidos e muitas outras nações estão alterando seu modo de conduzir a política econômica, dispostos que estão a abandonar os expedientes do curto prazo e enfrentar as escolhas difíceis, mas necessárias, em prol da estabilidade a longo prazo. Assim, pela primeira vez em anos, a economia americana saiu de uma recessão com taxa de inflação inferior à da recuperação que se seguiu à recessão anterior.

"Com inflação e taxas de juros crescentes, nós, nos Estados Unidos, não tínhamos escolha senão ajustar", disse. Quanto aos elevados déficits públicos americanos, que têm sido motivo de crítica até mesmo da comunidade internacional, Regan afirmou que, como porcentagem do Produto Nacional Bruto, o déficit federal foi corrigido para 5,5% (estava previsto em 6,3%) no ano calendário de 1983. "O déficit diminuirá ainda mais, à medida que o governo cortar despesas e a economia continuar recuperando-se", afirmou. Mais uma vez, rejeitou a idéia de elevar impostos para reduzir o déficit. "Isso comprometeria a recuperação", repetiu.

Vigiar os recursos

Regan disse que o Executivo está fazendo o possível para obter aprovação do Congresso dos Estados Unidos para o aumento dos recursos do FMI (cotas e acordo geral de empréstimos), mas rejeitou categoricamente qualquer possibilidade de os Estados Unidos virem a participar do empréstimo de emergência de 6 bilhões de dólares que o Fundo solicitou aos países industrializados e à Arábia Saudita.

As dificuldades financeiras do Fundo, observou, sublinham a necessidade de a instituição vigiar seus recursos escassos. Além disso, realçam a necessidade de o Fundo executar seu papel tradicional, que é o de prestar assistência temporária de curto e médio prazos aos países com desequilíbrio na balança de pagamentos.

Regan reafirmou as objeções do seu governo à participação do Banco Mundial em projetos que claramente são capazes de atrair financiamento privado, como é o caso da energia. Referindo-se à Corporação Financeira Internacional, uma subsidiária do Banco Mundial que se dedica a financiar investimentos privados, disse que ela é o tipo de instituição especialmente eficaz em combinar a assistência oficial com o potencial criativo do setor privado.

"A História", disse Regan, repetindo Edmund Burke, "é um pacto entre os mortos, os vivos e os por nascer. Nosso grande desafio é assegurar que nosso pacto com as gerações vindouras seja viável — que estamos provendo para o futuro, não comprometendo o futuro".

A.M. Pimenta Neves, de Washington.